CARINA CATIANA FOPPA

COMUNIDADES PESQUEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NA ZONA COSTEIRA

Uma leitura a partir da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava em Balneário Camboriú/SC

FLORIANÓPOLIS (SC)

2009

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL - MPPT

CARINA CATIANA FOPPA

COMUNIDADES PESQUEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NA ZONA COSTEIRA

Uma leitura a partir da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava em Balneário Camboriú/SC

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio- Ambiental, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Dra. Lucia Ayala.

Co-Orientador: Dr. Paulo Henrique Freire Vieira

FLORIANÓPOLIS (SC)

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

F691 Foppa, Carina Catiana

Comunidades pesqueiras e a construção de territórios sustentáveis na zona costeira : uma leitura a partir da área de proteção ambiental da costa Brava Em Balneário Camboriú/SC / Carina Catiana Foppa – 2009.

241 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Lucia Ayala

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Planejamento Territorial E Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Florianópolis, 2009.

1. Gerenciamento Costeiro – Balneário Camboriú (SC) - 2. Ecologia Costeira – 3. Pesca artesanal – 4. Meio Ambiente – preservação – I. Ayla, Lucia – II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado Profissional em Planejamento Territorial E Desenvolvimento Sócio-Ambiental. – III. Título.

CDD: 333.9560981642

CARINA CATIANA FOPPA

COMUNIDADES PESQUEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NA ZONA COSTEIRA: UMA LEITURA A PARTIR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA COSTA BRAVA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador: _____
Doutora Lúcia Ayala
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Doutora Daniela Kalikoski
Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Membro: _____
Doutora Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2009.

Dedico este trabalho aos pescadores e pescadoras de Balneário Camboriú, e especialmente aos futuros pescadores e pescadoras artesanais, que por bem, hão de existir...

Dedico também ao meu querido sobrinho Henry, e em nome dele a todas as crianças, com o desejo de que na infância e no futuro possam sentir e valorizar a simplicidade e a felicidade das pequenas coisas...

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se à vida acadêmica exige por vezes um longo momento de solidão e isolamento. No entanto, ao longo do caminho é possível encontrar com pessoas, caminhos e momentos. São estes encontros que tornam a caminhada mais leve, feliz e cheia de aprendizados. Assim, agradeço...

Ao MPPT pela oportunidade de construir um processo de aprendizado, e de forma especial agradeço a Professora Paula Marimon pela confiança, ao professor Pedro Martins por todas as reflexões metodológicas e a professora 'Susi' por toda criticidade, lições de vida e por ajudar na minha aproximação com o mundo das pessoas...

A minha orientadora, professora Lucia Ayala, por me dar liberdade suficiente para eu seguir e fazer minhas escolhas, e da mesma forma me apoiar, sempre que necessário.

Ao PROMOP por ter concedido a bolsa de monitoria.

Ao professor Paulo Vieira pela oportunidade de cursar a disciplina Gestão Comunitária de Recursos Naturais Renováveis e por auxiliar com a brilhante e crítica orientação acadêmica, o desenho desta pesquisa.

Da mesma forma agradeço aos colegas desta disciplina pelo aprendizado coletivo que conseguimos constituir junto da 'Katrina'.

Aos colegas do DTS que em muito ajudaram nas reflexões sobre 'o que é e por que DTS?' De maneira especial, a Ramona, 'Dani e Daniel', Guilherme, Luiz e Cidinha.

Com muito carinho agradeço a 'Detinha', funcionária e amiga da Colônia Z-7, que não só disponibilizou informações sobre 'os meus pescadores', como também auxiliou com reflexões sobre o que envolve a pesca no nosso município!

À família Alexandre, com carinho muito especial a 'tia Dora' por ter me adotado como filha e sido 'responsável' em cativar todo o meu carinho por vocês, e não deixar mais meu coração sair de Taquaras. Igualmente ao Zezo, pelas lições permanentes e minha

‘amigairmã’ – Jaque - pelo respeito e admiração que nos permitimos *ser,* e também por ajudar a entender a complexidade que envolve a vida comunitária de vocês!

Ao ‘Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava’!A cada um de vocês que compõe esse ‘todo’! Sempre presentes, solidários, permanentes, professores, tradicionais, simples, sérios, amigos! Minha família de todas as quartas, de todos os sonhos que ainda quero compartilhar...

À minha família! Primeiramente por entender minha ausência neste período, mas, sobretudo pelo ambiente familiar favorável à construção de raízes, e ao mesmo tempo de asas. Obrigada pai pelo esforço em priorizar meus estudos e por nos levar a praias inesquecíveis quando pequenas. Mãe, obrigada pelo incentivo permanente, por sempre acreditar no melhor que há em mim e pelo sentimento de compaixão que sempre deve existir em nós. À minha irmã que me ajuda a ‘voltar a vida real’, orientando-me pragmaticamente ‘no tocante’ aos caminhos da vida...

Ao meu companheiro Tico! Pela ‘enciclopédia ambulante’ sobre pesca, sempre com mais um texto interessante para ler... Mas, especialmente por ter ‘aturado’ meu humor com sapiência neste período. Por sempre acreditar em mim, valorizar e apoiar tudo que faço e quero fazer. Sua presença, seu jeito, seu amor foram fundamentais para eu continuar e cumprir esta etapa! ETA!

A todas as crianças e a ‘professora Claudia’ que fizeram parte do Clube Comunidades Litorâneas da Escola de Taquaras em quatro anos de alegria e aprendizado, ajudando na construção de um entendimento mais completo do que significa este ‘lugar’...

E por fim, aos ‘contadores e contadoras de histórias’ - ‘mestres’, sem os (as) quais este trabalho não teria sido realizado! A cada um de vocês que encontrei nestes nove anos de convívio. Sem dúvidas, vocês são co-autores do que aqui foi escrito! Sou muito grata por ter me aproximado um pouco de suas vidas, por tudo que aprendi! Especialmente pela sabedoria e simplicidade compartilhadas que levarei comigo em todos os momentos da minha vida...

De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda, um passo de dança, do medo, uma escada, do sonho, uma ponte, da procura, um encontro.

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa compreende um diagnóstico socioecológico da região da Costa Brava, município de Balneário Camboriú, com destaque para o sistema pesqueiro artesanal, com o intuito de pontuar os principais potenciais e obstáculos à promoção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. A partir do modelo de análise do enfoque da gestão dos recursos comuns para o ecodesenvolvimento, o trabalho descreveu as principais relações socioecológicas que envolve as oito comunidades da Costa Brava. A descrição envolveu as principais características biofísicas disponíveis nos sistemas locais, a trajetória de desenvolvimento, os arranjos institucionais associados à zona costeira, bem como a composição do cenário de interação dos atores locais, seus conflitos, relações territoriais, e especificidades do circuito de comercialização local. Tal descrição contribuiu para o entendimento do cenário atual dessa região costeira, marcado por um processo crescente de degradação do patrimônio natural e cultural, a partir de um modelo desenvolvimentista instituído pelas políticas locais. Ainda, a presença de uma Área de Proteção Ambiental tem possibilitado a criação de desenhos institucionais alternativos, que têm atuado como promotoras de outro desenvolvimento no local. Como agregação ao modelo de análise, a combinação de fatores favoráveis e obstáculos ao desenvolvimento territorial sustentável possibilitou indicar como o cenário socioecológico local pode, ou não, facilitar a construção de estratégias que visem o estabelecimento de territórios sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidades Pesqueiras, Territórios Sustentáveis, Áreas Naturais Protegidas.

ABSTRACT

This research comprises a socioecological diagnosis of Costa Brava Region, municipality of Balneário Camboriú, with emphasis on the artisanal fishing system, in order to place the main potentials and obstacles to the promotion of a Sustainable Territorial Development. From a commons resource management for ecodeveolopment framework, the work described the main socioecological relationships that occur at the eight fishing communities located at Costa Brava. This description concerned the main biophysical components that are available at the local socioecological systems, the development path, the institutional arrangements related to the coastal zone, as well as the composition of a scenario of stakeholders interaction, their conflicts, territorial relationships, and specifications from the local trade circuit. Such description contributed to the understanding of the current scenario of this region, conspicuously by a model of development adopted by the local policies, responsible for an increasing process of degradation of natural and cultural heritage. Yet, the occurrence of a protected area has been made possible the creation of alternative institutional designs, which has acted as a trigger for another development. As an aggregation to the framework, the combination of favorable factors and obstacles to the sustainable territorial development has made possible point out how local socioecological scenario can, or not, to ease the construction of strategies that aim to establish sustainable territories.

KEY-WORDS: Fishing Community, Sustainable Territories and Protect Areas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo 11

Figura 2: Modelo de Análise proposto por Oakerson (1992). 15

Figura 3: Arrasto de praia em Balneário Camboriú. 119

Figura 4: Processo de construção da Avenida Interpraias..... 136

Figura 5: Avenida Interpraias. 136

Figura 6: Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava. 167

Figura 7: Limites da APA Costa Brava..... 167

Figura 8: Inovação Institucional que marca o cenário atual da APA Costa Brava, Balneário Camboriú (SC)..... 169

Figura 9: A pesca do arrasto de praia em Balneário Camboriú (SC). 174

Figura 10: Festa do pescador realizada pela Construtora Thá à comunidade de Taquaras... 181

Figura 11: Ciclo de comercialização da produção da Pesca de Cerco de Taquaras, Balneário Camboriú (SC)..... 188

Figura 12: Ciclo de comercialização da produção da Rede de Espera das praias do Estaleiro e Estaleirinho, Balneário Camboriú (SC)..... 190

Figura 13: Ciclo de comercialização da produção das Redes de Espera do Bairro da Barra, Balneário Camboriú (SC). 190

Figura 14: Ciclo de comercialização da produção do camarão sete-barbas no Bairro da Barra, Balneário Camboriú (SC). 191

Figura 15: Processamento das cascas de siri para comercialização junto aos restaurantes. . 195

Figura 16: Banca do pescador 197

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Características e dimensões das pescarias Berkes et al. (2001)..... 39

Tabela II: Formas de organização da produção na pesca (Diegues, 1983)..... 41

Tabela III: Número de habitantes do município de Balneário Camboriú desde a década de 1970. (Fonte IBGE)..... 59

Tabela IV: Conjunto de praias que compõe o município de Balneário Camboriú (SC).....60

Tabela V: Número de casas requeridas em Camboriú (SC) no período de 1948 a 1952..... 88

Tabela VI: Principais aspectos da trajetória de desenvolvimento da Costa Brava, município de Balneário Camboriú (SC)..... 145

Tabela VII: Principais Instrumentos de gestão relacionados com a Zona Costeira e considerações de ocorrência na Costa Brava/Balneário Camboriú (SC).....149

Tabela VIII: Composição do Conselho Gestor da APA Costa Brava/Balneário Camboriú (SC)..... 165

Tabela IX: As principais organizações com atuação na região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC)..... 178

Tabela X: Matriz de inventário de combinações de fatores favoráveis e principais obstáculos à promoção do desenvolvimento territorial sustentável a partir de elementos da região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC)..... 217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais pressupostos normativos do ecodesenvolvimento..... 46
Quadro 2: Critérios de sustentabilidade segundo Sachs (2002 e 2007)..... 51
Quadro 3: Noções de *escala* e *rede* importantes para a abordagem e análise do território e territorialidade..... 54
Quadro 4: Elementos para análise do desenvolvimento territorial..... 56
Quadro 5: Contexto socioecológico do Bairro da Barra, município de Balneário Camboriú (SC)..... 80
Quadro 6: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico do Bairro da Barra, município de Balneário Camboriú (SC)..... 81
Quadro 7: Contexto socioecológico da Praia de Laranjeiras, município de Balneário Camboriú (SC)..... 83
Quadro 8: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Laranjeiras, município de Balneário Camboriú (SC).. 84
Quadro 9: Contexto socioecológico da Praia de Taquarinhas, município de Balneário Camboriú (SC) 86
Quadro 10: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Taquarinhas, município de Balneário Camboriú (SC). 87
Quadro 11: Contexto socioecológico da Praia de Taquaras, município de Balneário Camboriú (SC). 88
Quadro 12: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Taquaras, município de Balneário Camboriú (SC). 89
Quadro 13: Contexto socioecológico da Praia do Pinho, município de Balneário Camboriú (SC). 91
Quadro 14: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia do Pinho, município de Balneário Camboriú (SC). 91
Quadro 15: Contexto socioecológico da Praia do Estaleiro, município de Balneário Camboriú (SC). 92
Quadro 16: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia do Estaleiro, município de Balneário Camboriú (SC). 93
Quadro 17: Contexto socioecológico da Praia do Estaleirinho, município de Balneário Camboriú (SC). 95
Quadro 18: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico da Praia do Estaleirinho, município de Balneário Camboriú (SC). 96

Quadro 19: Contexto socioecológico do Morro do Boi, município de Balneário Camboriú (SC). 98
Quadro 20: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico do Morro do Boi, município de Balneário Camboriú (SC). 99
Quadro 21: Principais aspectos das pecarias realizadas na Costa Brava no cenário atual. 77
Quadro 22: Linha do tempo dos principais eventos da trajetória de desenvolvimento do município de Balneário Camboriú (SC). 144
Quadro 23: Instrumentos constitucionais, operacionais e de ação coletiva para uma gestão integrada e participativa de recursos naturais..... 149
Quadro 24: Posicionamentos das entidades presentes na reunião sobre defeso do camarão sete-barbas em 19 de agosto de 2008 na sede do CEPSUL/IBAMA..... 154
Quadro 25: Vetores que marcaram o processo de implementação da APA Costa Brava.... 162
Quadro 26: Principais conflitos associados à pesca na região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC)..... 182

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – Ação Civil Pública

AMPTA – Associação de Moradores da Praia de Taquaras

ANA – Agência Nacional das Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BC – Balneário Camboriú

DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável

EMASA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA – Fundação Meio Ambiente Santa Catarina

FEPESC – Federação dos Pescadores de Santa Catarina

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

GERCO – Gerenciamento Costeiro Integrado

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF – Ministério Público Federal

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SC – Santa Catarina

SDM – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

SINDIPI – Sindicato dos Pescadores Industriais de Itajaí

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SITE – Sistema Individual de Tratamento de Efluentes

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1
Contexto da Pesquisa 1
Situação-Problema 7
Modelo de Análise 14
Questões Norteadoras e Hipóteses 18
Objetivos 19
Considerações Metodológicas 20
Estruturação dos Capítulos 26

CAPÍTULO 1 - Conservação e Desenvolvimento: o Dilema da Zona Costeira e da Pesca Artesanal 27
1.1. O novo paradigma sistêmico e a problemática da gestão dos recursos de uso comum 27
1.2. Rupturas à gestão convencional e o sistema pesqueiro artesanal 37
1.3. Modelos alternativos de desenvolvimento face à crise socioambiental planetária 44
1.4. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável 48

CAPÍTULO 2 – O Contexto Socioecológico da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava 58
2.1. Descrição da área: os atributos biofísicos e tecnológicos 58
2.1.1. Os ecossistemas, o sistema socioeconômico-tecnológico e as pescarias da Costa Brava 60
2.1.2. A trajetória de desenvolvimento 101
2.2. Os arranjos de tomada de decisão 147
2.2.1. Situação institucional 148
2.2.1.1. Instituições formais: algumas considerações sobre legislação, estrutura organizacional e instrumentos de gestão 148
2.2.1.2. As instituições informais 161
2.2.2. Inovações institucionais e espaços de negociação 162
2.3. Os padrões de interação 177
2.3.1. Atores sociais envolvidos no processo de gestão 177

2.3.2. Conflitos 181
2.3.3. Comercialização 187
2.3.4. Saberes, tradição e conhecimento local 199

CAPÍTULO 3 – Ensaio à Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira 205
3.1. Os fatores favoráveis e obstáculos atuais no cenário atual da Costa Brava 207
3.2. A APA como processo, um processo de educação 221

CONSIDERAÇÕES FINAIS 226

BIBLIOGRAFIA CITADA 229

ANEXO 1: Lei nº 1985/2000 - Cria a Área de Proteção Ambiental da Costa Brava 241
ANEXO 2: Roteiros de entrevista 244
ANEXO 3: Registros da mídia escrita sobre a manifestação do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava 248

INTRODUÇÃO

Contexto da Pesquisa

> *É porque podemos transformar o mundo, que estamos com ele e com outros. Não teríamos ultrapassado o nível de pura adaptação ao mundo se não tivéssemos alcançado a possibilidade de, pensando a própria adaptação, nos servir dela para programar a transformação.*
>
> Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido

Minha relação com o universo da área de estudo desta pesquisa foi estabelecida no ano de 2000, quando de fato, acredito, ter me tornado parte do contexto e do universo que compreende a vida das pessoas que nela habitam, num completo senso de comprometimento e envolvimento com o ambiente vivido. Creio ser este o ponto de partida para contextualizar o percurso de construção desta pesquisa, realizada junto às comunidades costeiras sediadas na região sul do município de Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Este envolvimento teve início durante o meu curso de graduação em Ciências Biológicas, em 2000, onde tive a oportunidade precoce de ser professora em uma Escola Municipal, localizada em uma das praias que compreende esta região de Balneário Camboriú, a Praia de Taquaras. Ser professora da pequena escola local contribuiu para a construção de uma história que possibilitou e desencadeou uma relação de confiança e de reciprocidade com a comunidade local, cultivada até os dias de hoje.

A partir desta experiência, estabeleci uma combinação, ainda que tímida, de ensinar-aprender-pesquisar, num processo de inserção comunitária intenso, embora não sistematizado. A partir de conversas informais, visitas não tendenciosas e acima de tudo prazerosas, surgiram inicialmente anseios de pesquisa, construídos ou percebidos no convívio com a comunidade. Neste convívio, os conflitos, as possibilidades de potencializar as artes locais, a valorização do conhecimento tradicional e de seus costumes, o encanto em ver os engenhos de farinha funcionando, a pesca da tainha reinando como uma celebração de união, o pescador, o antigo agricultor, as brincadeiras de carriola, o carro de boi cantando no chão batido, e sem dúvidas o

lugar em transformação e a angústia da mudança não percebida pela comunidade eram importantes elementos percebidos por mim.

Como voluntária, e estudante de graduação, mantive nos dois anos seguintes a aproximação com a comunidade escolar, proporcionando, ainda que minimamente, pequenas intervenções que tinham o objetivo evidente de manter a relação e potencializar transformações com base numa relação de proximidade com a comunidade local. Diante da complexidade do contexto local e levando em conta minha imaturidade científica, típica da graduação tecnicista e fragmentada do curso de Ciências Biológicas, fiz um recorte da pesquisa inicialmente desenhada. Rendi-me, naquele momento, às exigências imediatistas da própria comunidade, além das exigências e do formato dos projetos de pesquisa individualizados do curso de graduação. Menciono isso, pois dentre tantas possibilidades, necessidades e anseios, entender a questão do uso da água na Praia de Taquaras, um dos bairros da região sul do município, pareceu emergencial e de fácil resolução e adesão da comunidade, pois era parte da fala constante dos moradores a preocupação com as mudanças das águas após o processo de urbanização, deflagrado pela construção da Avenida Interpraias. Esta Avenida cruzou as sete comunidades inseridas na região sul do município, condicionando um processo intenso de transformações no ambiente e na vida das pessoas. Além disso, na formação em Ciências Biológicas, não dispunha de embasamento suficiente para uma imersão direta no campo das Ciências Sociais ou mesmo no campo da pesquisa interdisciplinar (ou até mesmo multidisciplinar) em ecologia humana.

Dessa forma, realizei um trabalho de pesquisa[1] que resultou num trabalho de conclusão de curso sobre gestão participativa do uso da água, especialmente relacionado ao comprometimento do recurso hídrico subterrâneo na Praia de Taquaras. Associado a isto, os diversos conflitos que permeavam a gestão deste recurso comum e o processo acelerado de urbanização foram melhor compreendidos e abordados para potencializar processos de organização comunitária. A partir do processo e dos resultados do projeto de monografia a comunidade percorreu caminhos na busca de soluções para o problema "cientificamente

[1] Projeto financiado pelo Edital de Pesquisa PRoBic/UNIVALI no período de 2002-2003. *Avaliação da contaminação do Recurso Hídrico Subterrâneo da Praia de Taquaras, Balneário Camboriú (SC) dentro de seu contexto sócio-ambiental.* Sob orientação dos professores Luiz Eduardo Carvalho Bonilha, Sergio Freitas Borges e Rodrigo Pereira Medeiros.

comprovado" e demonstrava estar aberta para opções alternativas de gestão local da água (Foppa, 2003 e Foppa et al. 2004).

Desde então, busquei aprofundar a reflexão sobre o papel dos pesquisadores junto às comunidades, especialmente as comunidades tradicionais e em processos de gestão dos recursos naturais, na busca de um entendimento sobre as diversas dimensões envolvidas nessas comunidades e como os processos de organização local se construíam. A vivência junto às comunidades fortalecia a reflexão de que a autonomia almejada e necessária não poderia estar desvinculada de um processo educativo, na maioria das vezes lento demais para os anseios imediatistas da sociedade contemporânea. Ainda que o recorte de pesquisa estivesse relacionado à gestão do uso da água, numa fase preliminar de diagnóstico, as reflexões e ações estavam sempre associadas ao brusco processo de transformações vivenciado a partir da construção da Avenida Interpraias.

Como resultado desta reflexão, no final de 2003, a visibilidade, o reconhecimento da comunidade e a busca de parcerias resultaram em dois projetos importantes que foram acompanhados por mim como técnica da Universidade do Vale do Itajaí e permitiram a continuidade das ações iniciadas junto à comunidade nos anos anteriores. O primeiro, junto ao Programa de Extensão, coordenado pelo Laboratório de Educação Ambiental/UNIVALI, com o objetivo de implementar um Sistema Alternativo Piloto de Tratamento de Esgoto por Zona de Raízes na Escola Municipal de Taquaras, envolvendo a comunidade escolar, prefeitura e Laboratórios[2] do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar/UNIVALI). O segundo, o Projeto de Educação Ambiental nas Comunidades Litorâneas dos Estados do Paraná e Santa Catarina – Comunidades Litorâneas. Tal projeto é parte do Programa de Controle Ambiental do Licenciamento Ambiental do Empreendimento de Produção de Petróleo nas Plataformas Coral e Estrela do Mar da Petrobras[3], e tinha como objetivo principal implementar sete escolas-pólo de educação ambiental em seis municípios do litoral catarinense e paranaense. Neste propósito, umas das escolas-pólo escolhidas criteriosamente no município de Balneário Camboriú (SC), um dos municípios da área de abrangência deste licenciamento, foi a Escola Municipal de Taquaras.

[2] Laboratório de Educação Ambiental, Laboratório de Oceanografia Química, Laboratório de Tecnologia do Pescado e supervisão da professora Dra. Janete Feijó, responsável pelos projetos de Engenharia Sanitária.

[3] Projeto Coordenado pelo Laboratório de Educação Ambiental da UNIVALI desde 2003. Integrei a equipe deste projeto no período de setembro de 2003 até janeiro de 2008.

Desta forma, integrando a equipe de pesquisadores destes dois projetos que se inter-relacionavam, foi possível, enquanto pesquisadora, retroalimentar o processo com a comunidade, dando continuidade às pesquisas com os novos coletivos constituídos. Apesar do anseio de integralidade desses dois projetos, cada um deles proporcionou aprendizados e análises distintas, que se retroalimentaram mutuamente. O Projeto Comunidades Litorâneas (Foppa, 2006; Foppa et al., 2006a; Foppa et al. 2006b) foi uma possibilidade real de tornar mais crítica e envolvente a educação formal, tornando parte desta reflexão/ação às realidades socioambientais. O trabalho com professores, crianças e jovens foi, além de gratificante, estimulador de novos horizontes de trabalho, favorecendo a aproximação com as outras sete praias/bairros vizinhas à Praia de Taquaras em várias dimensões e possibilitando identificar as relações existentes entre as comunidades. Os estudantes ofereceram novos elementos para conhecer outros contextos e mais uma vez estabelecer relações. Já o projeto de implementação de uma tecnologia alternativa - Zona de Raízes na escola local (Foppa, et al. 2006c; Kuroshima et al., 2006) foi um ensaio para identificar as potencialidades de organização comunitária e comprometimento político do poder público com as questões socioambientais do município.

Sem ilusões de um contentamento pleno perante a comunidade, os projetos seguiram e amadureceram. O processo de educação (ambiental) nas escolas ultrapassou os muros solidificados desta instituição e alcançou a comunidade. Como resultado dessas intervenções, a atuação de pesquisadores e da própria militância socioambiental frente às severas alterações no meio físico e sócio-cultural, veio à tona nos últimos dois anos, a discussão sobre o processo de implementação da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava. A comunidade escolar, juntamente com a mediação da Universidade do Vale do Itajaí, passou a ser de maneira mais integrada e percebida parte de um contexto maior, chamado Área de Proteção Ambiental da Costa Brava (APA Costa Brava) estimulando uma discussão mais ampla, que diz respeito às Unidades de Conservação.

No bojo desse processo, as intervenções geradas pelas pesquisas solidificaram parcerias e parceiros, tendo em vista uma linha de atuação conjunta e propositiva. A exemplo disso, junto à entidade ambientalista Associação Ecológica Taquaras[4], a Universidade do Vale

[4] Organização não-governamental (ONG) de caráter socioambientalista com atuação na região de Balneário Camboriú desde 1997.

do Itajaí, à frente de uma das ações desencadeadas pelo Projeto Comunidades Litorâneas, organizou uma oficina comunitária para discutir e basicamente informar as comunidades locais sobre a necessidade de participação e inclusão no processo de implementação da APA. Esta oficina comunitária, realizada em junho de 2007 resultou na formação de um grupo, intitulado pelos próprios participantes, de *Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava*. Este *Movimento*, composto por representantes das associações de moradores, entidades ambientalistas, associações culturais, comunidades de quilombolas, colônia de pescadores, moradores e simpatizantes da área reúne-se há mais de um ano, semanalmente, para conjuntamente identificar problemas e soluções referentes ao processo de implementação desta APA, sendo um importante espaço de discussão e aprendizado *para* e *com* a comunidade. Espaço este que tem sido mediado, monitorado e avaliado continuamente, num processo de pesquisa-ação que tem sido também analisado em seu percurso[5].

Paralelamente às ações mencionadas acima, o meu ingresso no Programa de Mestrado Profissional de Planejamento Territorial e Desenvolvimento SócioAmbiental/FAED/UDESC possibilitou que a escolha do tema desta dissertação estivesse então intimamente relacionado com a minha vivência junto às comunidades da APA Costa Brava, possibilitando um ensaio de pesquisa orientado para a imersão em contextos práticos. Conforme já mencionado nesta introdução, a busca por aportes que subsidiassem a reflexão teórico-metodológica sobre trabalhos com comunidades tradicionais, bem como a relação com a gestão dos recursos naturais foi sendo intensificada neste período, e solidificada para minimizar o fosso existente entre a minha formação inicial nas ciências naturais e a necessidade de uma maior integralidade, proposta em projetos de caráter interdisciplinar.

Essas referências são importantes, na medida em que representam, de algum modo, uma ruptura drástica com a modalidade usual de fazer ciência[6], transformando-a num fazer integrado, fugindo aos moldes fragmentados, descomprometidos e não contextualizados de compreender e intervir nas dinâmicas de gestão local de recursos naturais. Intimamente relacionado a isto, a possibilidade de cursar a disciplina de Gestão Comunitária de Recursos

[5] A mediação do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava foi iniciado a partir das ações do Projeto Comunidades Litorâneas em conjunto com Associação Ecológica Taquaras. A partir de 2008 a mediação da UNIVALI se dá pelo Projeto de Extensão do Núcleo de Estudos Sociais e Políticos (NESP), coordenado pelo professor Rodrigo Pereira Medeiros e não mais pelo Projeto Comunidades Litorâneas.

[6] O termo 'fazer ciência' tal qual se refere Morin (2005) na perspectiva de um fazer ciência consciente, onde a ética do pesquisador é colocada a prova, especialmente em relação ao seu papel na sociedade.

Naturais Renováveis, sob a coordenação do professor Dr. Paulo H. Freire Vieira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina complementou minha formação e contribuiu com aportes construídos a partir da problemática da gestão de *recursos de uso comum* (*common property resource management).* Esta experiência despertou entre outras reflexões, a necessidade de transcender as práticas de pesquisa excessivamente individualizadas, estimulando a reconstrução da problemática de pesquisa no âmbito de um coletivo transdisciplinar - o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC), comprometido com estratégias sistêmicas de pesquisa-ação na zona costeira catarinense.

Assim, sem abrir mão da minha vivência junto à comunidade da APA Costa Brava em Balneário Camboriú, a nova problemática passou a ser inserida num contexto mais amplo de pesquisa, balizado por um projeto integrado e interinstitucional intitulado *Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira*, financiado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), tendo como proponente a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) em parceria com o NMD/UFSC. Esta integração possibilitou a formação de um novo coletivo de pesquisa, indo ao encontro do que propõe Garcia (1994): a via alternativa necessária para o estudo dos problemas ambientais é a formação de equipes interdisciplinares, para que não haja a excessiva especialização, e da mesma forma o intento de formar generalistas. A formação de grupos de trabalhos integrados por representantes de diversas disciplinas reforça a hipótese segundo a qual a realidade não se deixa analisar e compreender com base em conhecimentos disciplinares. Em outras palavras, os sistemas socioambientais são sistemas complexos, exigindo um esforço recorrente de integração de saberes especializados.

Contudo, além da possibilidade de estar inserida num coletivo transdisciplinar, a pesquisa foi arquitetada visando contribuir com o processo desafiador que é estimular um novo pensamento e a adoção de uma nova postura, face às dinâmicas de desenvolvimento em comunidades de pescadores artesanais, geralmente descaracterizadas no litoral brasileiro, com grande expressão no litoral centro-norte catarinense. E foi a partir deste contexto e da realidade vivenciada em oito anos de aproximação com a região sul de Balneário Camboriú que esta pesquisa pôde tornar-se realidade.

Situação-Problema

A crise socioambiental contemporânea reflete a hegemonia alcançada por modelos de desenvolvimento que se caracterizam pela apropriação destrutiva dos recursos naturais renováveis e pela exclusão social. Sua incidência na zona costeira é expressiva neste sentido. Dados empíricos recentes indicam que a população humana nessas áreas está aumentando rapidamente, com índices de crescimento duas vezes maior que os encontrados em outras regiões (Brown, Tompkins e Adger, 2002). Cerca de 80% da população mundial vive nas ou próximo às zonas costeiras, rios e estuários que alimentam essas zonas. Mesmo assim, essas áreas têm sido objeto de políticas públicas que subestimam sua importância ecológica, potencial de desenvolvimento e sua importância histórico-cultural.

De fato, trata-se de um bioma que resulta da interação do continente, da atmosfera e do meio marinho. Mesmo que nenhum critério possa ser universalmente aplicável (Diegues, 2001), as zonas costeiras não formam um bioma único, mas sim um conjunto de vários ecossistemas (mangues, restingas, praias, recifes de coral, etc.), com características comuns em todo mundo. Em termos ecológicos e físicos, elas incorporam os recursos hidrobiológicos situados próximos à costa, mares costeiros, recifes de corais, rios, estuários, ecossistemas intermareais, sistemas de praias e dunas e sistemas terrestres de estuário, deltas e bacias hidrográficas próximas da margem costeira (Brown, Tompkins e Adger, 2002). Soma-se a isto uma expressiva diversidade de usos e de atores, evidenciando a sua importância em termos ecológicos e sociais.

Além disso, a diversidade de definições da zona costeira reflete a tensão entre a ciência física e ecológica de reconhecer as características dinâmicas da costa e suas classificações legais e políticas, sendo possível ter uma gama de utilizações e atividades, tais como residências, recreações, indústrias, comércio, eliminação de resíduos, agricultura, pesca e áreas de conservação (Brown, Tompkins e Adger, 2002). O comprometimento dessa diversidade de usos e dos recursos costeiros exige um olhar diferenciado sobre os modelos de gestão em curso, bem como sobre os padrões de desenvolvimento correspondentes. Pois os conflitos de apropriação e uso vêm se agravando ao longo das últimas décadas.

No Brasil, a zona costeira tem sofrido os efeitos destrutivos da urbanização e adensamento populacional desordenado. A falta de planejamento tem interferido no

patrimônio natural, na beleza, nos ecossistemas locais, comprometendo mananciais, e promovendo mudanças radicais nas formas culturais locais. Apesar da produtividade primária dos ecossistemas costeiros, que assegura a sobrevivência de um importante contingente da população, as dinâmicas em curso de apropriação e uso – de caráter economicista – têm comprometido fortemente a resiliência[7] ecossistêmica. Segundo as diretrizes do Projeto Orla (2002), vários exemplos de efeitos negativos da ocupação na zona costeira brasileira podem ser apontados: o aumento do risco de degradação do ambiente, carência de infra-estrutura e saneamento, diminuição das praias em tamanho e largura como resultado de construções irregulares, descaracterização de modos de vida tradicionais e redução dos recursos exploráveis.

É certo que todos esses fatores estão interconectados e resultam em situações desfavoráveis aos diversos usuários da zona costeira e seus ecossistemas. No entanto, de maneira geral, e para elucidar a conexão das dimensões ecológicas e sociais no agravamento desses problemas, vale à pena salientar os dilemas enfrentados pelas comunidades de pescadores artesanais. Elas têm vivenciado a **descaracterização intensiva dos seus modos de vida tradicionais e a redução dos recursos pesqueiros**, em meio a inúmeros conflitos, que refletem a opção pelo modelo desenvolvimentista, socialmente excludente e ecologicamente predativo. Pescadores, artesãos, pequenos produtores agrícolas ao longo da costa brasileira têm modificado drasticamente seu estilo de vida por não estarem preparados para conviver com padrões culturais diferentes dos seus e trabalhar em atividades econômicas diferentes das que tradicionalmente realizavam. Importa mencionar nesse sentido, que ao longo da costa brasileira, a atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais, a exemplo daquelas compartilhadas por *jangadeiros* (litoral nordestino), *caiçaras*

[7] Resiliência pode ser entendida como a capacidade do sistema de absorver distúrbios (Holling et al., 1998) ou ainda, a resiliência ecossistema é a capacidade de um ecossistema tolerar distúrbios sem colapso em um estado qualitativamente diferente, que é controlado por um conjunto diferente de processos. Resiliência nos sistemas sociais tem sido a capacidade dos humanos em antecipar e planejar o futuro. Considerando que os humanos são partes do mundo natural e que dependemos dos sistemas ecológicos para a nossa sobrevivência e impactar continuamente os ecossistemas em que vivemos do local à escala global. Resiliência é uma propriedade de conexão entre os sistemas socioecológicos. Resiliência, aplicada aos ecossistemas, ou a sistemas integrados de pessoas ao meio ambiente natural, tem três características: a) quantidade de alteração que o sistema pode sofrer, e ainda conservar os mesmos controles de função e estrutura; b) grau que um sistema é capaz de se auto-organizar; e c) a habilidade para construir ou aumentar a capacidade de aprender e adaptar-se. Fonte: *Resilience Alliance* - www.resalliance.org

(litoral entre o Rio de Janeiro e o Paraná) e *luso-açorianos* (litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sendo os dois últimos ligados também à atividade agrícola (Diegues, 2004).

Além desses efeitos destrutivos, a pesquisa sobre o tema tem constatado a carência de dados atualizados e confiáveis sobre a pesca artesanal e a sua desvalorização relativamente à pesca industrial, refletindo a falta de atenção do setor público, mesmo esta sendo uma importante fonte de geração de empregos e divisas para as camadas mais pobres da população e vetor de segurança alimentar para um contingente estimado em aproximadamente dois milhões de pessoas (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007). Ainda, segundo estes autores, a pesca artesanal no Brasil é responsável por mais da metade da produção de pescado (cerca de 52,5%, segundo dados de 2002) e por mais de 50% do pescado consumido no País.

Outro ponto relevante, segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente (Diegues e Rossman, 1997 *apud* Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007) diz respeitos aos múltiplos conflitos que envolvem a pesca artesanal: 1- turismo e a pesca artesanal, 2 - a pesca industrial e a pesca artesanal, 3 - a aqüicultura e a pesca artesanal, 4 - a exploração de petróleo e a pesca artesanal, 5 - unidades de conservação e pesca artesanal e por fim, 5 - salinas e pesca artesanal. Dentre estes, no cenário brasileiro atual, segundo os autores, os conflitos mais agudos estão relacionados ao **turismo** e **à pesca artesanal**.

Neste sentido, o caso do município de Balneário Camboriú (SC), no litoral centro norte - catarinense, pode ser visto como exemplo. De forma geral, os municípios que compõem o centro-norte catarinense, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Penha e Piçarras, por estarem localizados ao longo do eixo de metropolização Florianópolis-Curitiba apresentam setores em fase intensiva de conurbação, marcada pela hipertrofia dos setores da construção civil, turismo[8], serviços portuários e pesca industrial.

O **município de Balneário Camboriú**, considerado atualmente como um dos mais importantes entre os 36 municípios litorâneos do estado de Santa Catarina e até mesmo do sul

[8] O termo turismo aqui mencionado está fortemente relacionado ao turismo de massa, conforme propõe Sampaio *apud* Araujo (2008): "*turismo de massa* é aquele desenvolvido, geralmente, de forma sazonal, que procura obter a maior rentabilidade no menor tempo possível, privatizando os lucros de curto e médio prazo e socializando os danos socioambientais em longo prazo. Geralmente ele acontece em regiões com forte apelo paisagístico. No Brasil, caracteriza-se pelo apelo sol-e-mar".

do Brasil, cresceu exponencialmente nas últimas décadas, modificando significativamente suas estruturas locais. A foz do Rio Camboriú foi eleita como o recanto mágico do veraneio, e em pouco tempo passou a atrair também paranaenses e florianopolitanos, oriundos dos mais diversos estratos sociais, desencadeando uma escalada vertical, com edifícios de apartamentos e hotéis (Lago, 1988). Ali, a urbanização desordenada estimulada pela beleza paisagística, responde por condições que desafiam a resistência do sistema de gestão instituído.

Esta trajetória conduziu ao esgotamento progressivo da praia central e forçando o poder público a expandir o fluxo turístico para as praias ao sul, até então consideradas agrestes e não "exploradas". A partir desta política, essas praias (comunidades) situadas ao sul do município têm vivenciado, desde 1999, um quadro caótico de desenvolvimento, acentuado com a melhoria do acesso, a partir da construção da Avenida Interpraias[9]. Desde então, os bairros e praias que envolvem a região sul do município (Figura 1), denominada de **Costa Brava**[10] (Barra, Laranjeiras, Taquarinhas, Taquaras, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho) têm sofrido várias transformações ligadas à falta de planejamento, que tem ocasionado conflitos relacionados ao uso do solo, dos recursos hídricos, bem como a população tradicional, que sofre fortemente os prejuízos da especulação imobiliária.

Esta região apresenta uma diversidade natural e cultural significativa e bastante distinta das demais regiões do município e do contexto do centro-norte catarinense, com a presença de diversos ecossistemas costeiros, como lagoas, estuários, praias, remanescentes de Mata Atlântica com vegetação litorânea (restingas e mangues) e vegetação Ombrófila Densa nas encostas. A presença de sítios arqueológicos com registros datados de 800 e 1300 da nossa era (Schmitz e Bitencourt, 1996), alimenta a especificidade dessa região. No entanto, este acervo está sendo descaracterizado em nome do crescimento acelerado e da ascensão do turismo de massa.

---

[9] A Avenida Interpraias aqui mencionada também é chamada de Linha de Acesso as Praias (LAP), ou formalmente de Rodovia Rodesindo Pavan. Irei assumir o termo Interpraias para referir-me a esta avenida, pois é o termo utilizado pelas comunidades locais.

[10] Irei assumir neste trabalho o termo 'Costa Brava' para designar os Bairros e Praias situados ao sul do município de Balneário Camboriú. Alguns se referem a esta como sendo a área 'depois do rio', uma vez que todos esses bairros e praias estão separados da praia central pelo Rio Camboriú, ou como 'praias agrestes'. Ao longo da pesquisa esses três termos irão aparecer para designar a área de estudo dessa pesquisa. Além desses sete bairros/praias, o Bairro Morro do Boi será incluído na área de estudo, em função da ligação socioecológica que estabelece com os demais bairros/comunidades. Maior aprofundamento será dado no capítulo 2.

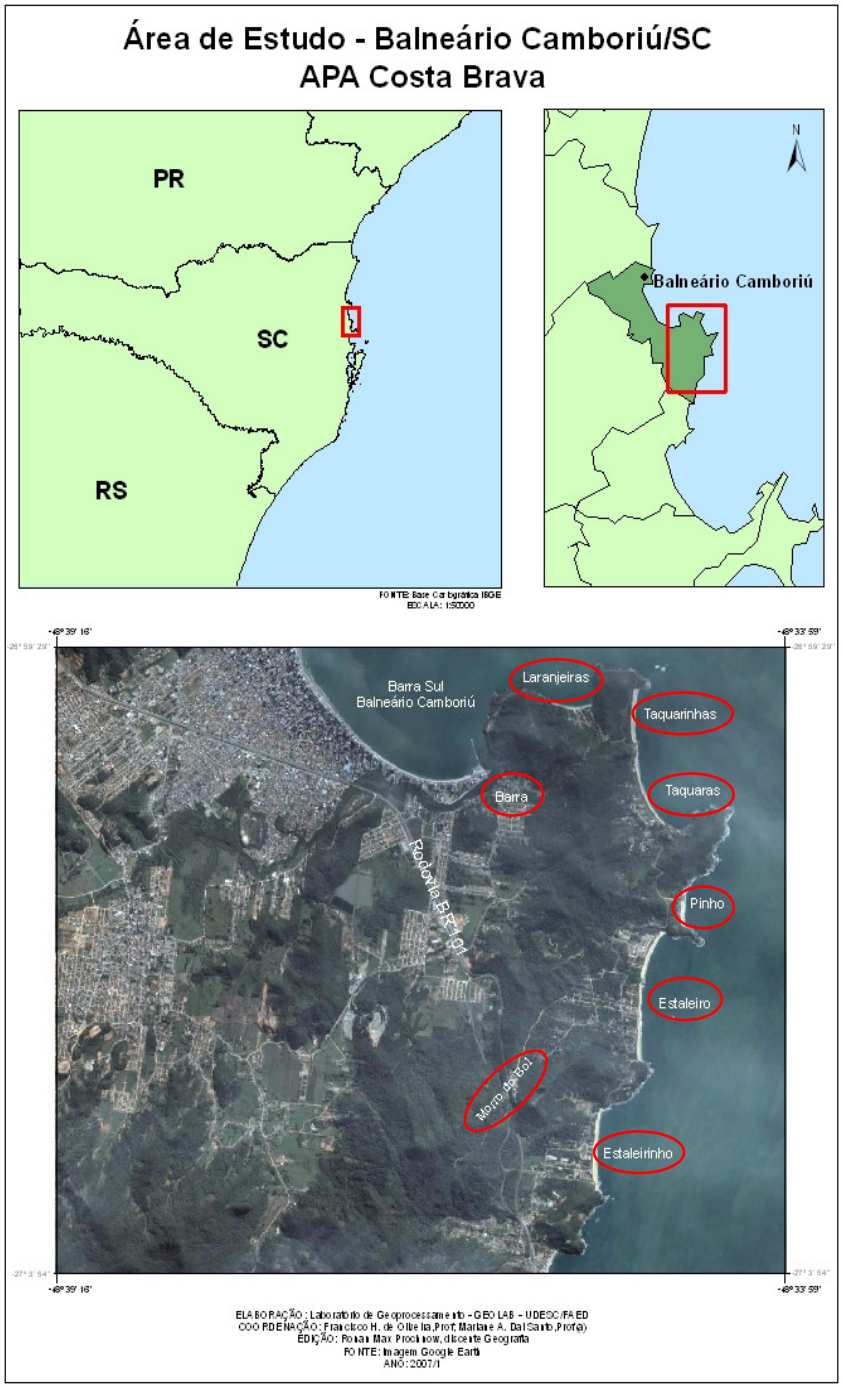

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo, compreendendo os Bairros da Barra e Morro do Boi e praias de Laranjeiras, Taquaras, Taquarinhas, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho, no município de Balneário Camboriú (SC), compondo o complexo da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava.

O isolamento da região da Costa Brava até meados de 1999 do centro de município permitiu que o quadro de ocupação fosse bastante distinto e tardio em relação a este.

Assegurou até esta época um desenvolvimento diferenciado, com a manutenção de formas comunitárias de organização e exploração dos recursos. Contudo, a partir dessa data, a população local que era composta basicamente por pescadores e agricultores nativos, cedeu lugar a outros moradores de segunda residência e um novo público vindo do centro de Balneário Camboriú e de outras cidades e estados brasileiros, em busca de tranqüilidade e qualidade de vida (Foppa, 2003).

Mesmo em meio às transformações, a região da Costa Brava apresenta núcleos importantes de pesca artesanal, com formas específicas de apropriação e gestão dos recursos. Neste sentido, as comunidades tradicionais[11] de pescadores artesanais desempenham importante papel na região, resistindo ao quadro desfavorável de desvalorização da atividade.

Segundo dados da Colônia de Pescadores Z-7, única entidade representativa dos pescadores de Balneário Camboriú, o município apresenta cerca de 550 pescadores/pescadoras profissionais associados(as). O principal recurso explorado é o camarão sete-barbas (*Xyphopenaeus kroyeri*), com produção em torno de 550 toneladas/ano. Associada a esta pescaria existem cerca de 130 mulheres pescadoras, pertencentes a mais de 30 núcleos de processamento e beneficiamento do pescado, na sua maioria, nativos[12] da região (Fonte Colônia de Pescadores Z-7). Apesar da representação usual dos pescadores como uma categoria desunida, a região da Costa Brava é marcada por um complexo arranjo produtivo informal, exemplificado pela sinergia intra-familiar.

Além das atividades de arrasto de camarão, o município abriga atualmente a maricultura, com produção de mexilhões e vieiras. Outros grupos garantem a subsistência e a manutenção da economia local, vinculados às redes de espera (fundeio, caceio e superfície), cerco fixo e o arrasto de praia. Das sete localidades pertencentes à região da Costa Brava, cinco delas desenvolvem arrasto de praia, especialmente nos meses de maio a julho, época da pesca da Tainha (*Mugil* spp.*),* recebendo grande parte da força de pesca dos outros grupos de pescadores da região. A região conta ainda com dois cercos fixos[13] geridos por famílias

[11] Comunidades tradicionais aqui entendidas como "*grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*" (Silva, 2007).

[12] O termo *nativo* será aqui utilizado para designar os moradores nascidos na região.

[13] Cerco fixo flutuante modelo japonês, conforme mencionado por Gamba, Bailon e Conolly (1993).

tradicionais locais. O grupo de pescadores dos cercos alternam sua atividade, ao longo do ano, entre o arrasto de praia (três meses da época da tainha) e o cerco fixo (demais meses do ano), resultando daí maior autonomia econômica. O arrasto de praia compreende um número expressivo de pescadores que descendem de famílias de pescadores que tradicionalmente dividiam a atividade de agricultura e pesca, tanto para subsistência como para geração de renda. Atividade esta de grande importância para o litoral sul-sudeste, conforme descrito por Diegues (2004). Este compartilhamento da atividade agrícola e pesqueira é ainda presenciado com as unidades de plantação de mandioca por famílias tradicionais que mantém a produção de farinha nos engenhos anualmente.

Soma-se a isto o fato da região da Costa Brava estar inserida em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (conforme Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei Federal 9985/2000), denominada **Área de Proteção Ambiental da Costa Brava. C**riada pela Lei Municipal N° 1985/2000 (Anexo 1) como medida compensatória da construção da Avenida Interpraias, atualmente, encontra-se em fase de implementação. No entanto, até meados de 2006 nunca foi assumido o processo de implementação dos instrumentos de gestão - Conselho Gestor e Plano de Manejo, indicando assim, fragilidades no processo de aplicação de tais instrumentos.

Apesar da criação de muitas unidades de conservação, ser deflagradoras de conflitos, especialmente as implantadas sob o regime de proteção integral sobre os territórios usados pelas comunidades tradicionais, muitas experiências positivas tem sido vivenciadas na busca de solução de conflitos e do uso sustentável dos recursos naturais sob o regime de unidades de conservação de uso sustentável. A busca de solução tem ocorrido em processos de protagonismo e participação dos usuários diretos, exemplificados a partir de acordos de pesca, fóruns litorâneos e de pesca, reservas extrativistas marinhas, áreas de proteção ambiental e reservas de desenvolvimento sustentável (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007).

Neste sentido, experiências exitosas podem ser observadas no sul do Brasil, como o Fórum da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul (Kalikoski e Lavkulich, 2003; Kalikoski e Silva, 2007), o Fórum da Agenda 21 em Ibiraquera, Santa Catarina (Rebouças, Filardi e Vieira, 2006), ou como verificado na APA da Baleia Branca (Santa Catarina), em que a gestão territorial está desencadeando propostas de reservas extrativistas e valorizando a organização e participação das comunidades pesqueiras tradicionais.

A APA Costa Brava apresenta características particulares neste sentido. Apesar de não ter sido criada para proteger diretamente as atividades e os recursos naturais utilizados pelas comunidades de pescadores tradicionais, pode-se dizer que ela emergiu nos debates da sociedade civil organizada em 2004, quando este processo tornou-se mais visível. Os conflitos catalisaram as ações voltadas à aplicação dos dois instrumentos fundamentais propostos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a saber: Conselho Gestor e Plano de Manejo.

Desta forma, no decorrer do processo tem-se a oportunidade nesta região de ensaiar **novos modelos de desenvolvimento**, orientados para a promoção de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais, visando romper com os paradigmas atuais de gestão e desenvolvimento evidenciados no município, no intuito de definir políticas públicas alternativas, desenhadas nos princípios do *desenvolvimento territorial sustentável (DTS).*

Modelo de Análise

Diante do exposto, a pesquisa buscou identificar com mais rigor de que maneira as comunidades tradicionais se transformaram ao longo da trajetória de desenvolvimento da região e como estão sendo envolvidas no processo de implementação da APA Costa Brava. A intenção foi caracterizar, com base no enfoque de *gestão dos recursos comuns* para o *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS), os espaços de manobra para a inserção da pesca artesanal numa dinâmica mais complexa de promoção de um novo ciclo de desenvolvimento, agora no âmbito de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Em outras palavras, a pesquisa foi planejada com base numa abordagem integrativa da ciência da gestão de recursos, com uma nova visão que questiona o paradigma analítico-reducionista (Holling et al., 1998; Berkes, 2005a).

Para tanto, as análises foram subsidiadas a partir dos modelos de análise propostos por Oakerson (1992) e Vieira e Cazella (2004)[14] e Vieira (2006).

[14] Modelo de Análise do projeto de pesquisa *Desenvolvimento Territorial Sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos e zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina* – Projeto CAPES/COFECUB nº 449/04, coordenado pelos professores Paulo Freire Vieira (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) e Ademir Antonio Cazella (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O primeiro (Figura 2) foi orientador do processo de coleta e sistematização de informações sobre os *commons,* com base na identificação de atributos-chaves, mediante quatro macro-variáveis (**Atributos físicos e tecnológicos**, **Arranjos de tomada de decisão**, **Padrões de interação** e ***Outcomes***).

A partir deste modelo orientador e das quatro macro-variáveis analíticas propostas foi possível diagnosticar as situações particulares, explicitando as relações entre essas. Em síntese, este modelo, enquanto ferramenta de diagnóstico deve ser analisado da direita para esquerda, ou seja, a partir da situação-problema (outcomes) pergunta-se/responde-se 'o que' está acontecendo e 'por que'. Ainda, tendo como base essas quatro macro-variáveis o modelo permite agregações de conceitos e teorias que podem ser inseridas de acordo com caracterizações mais específicas.

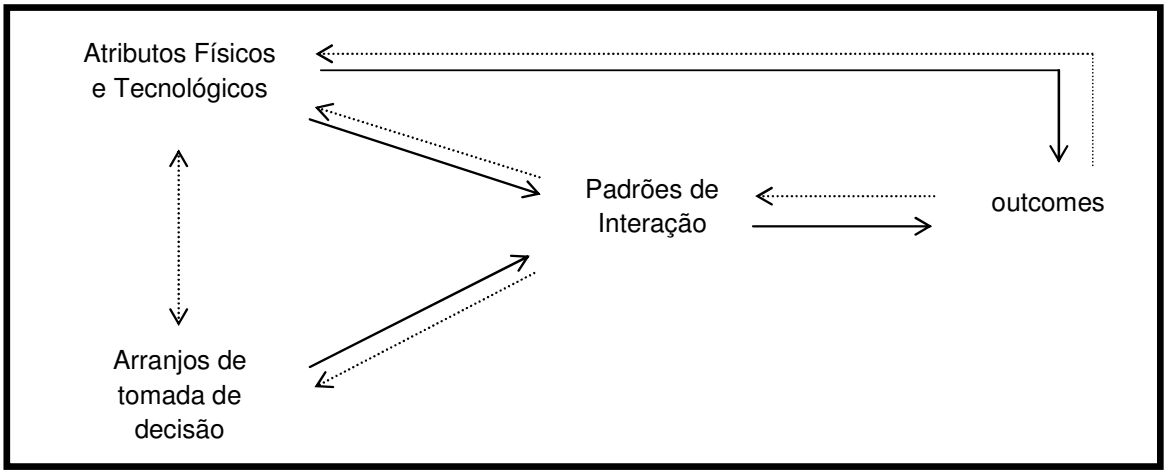

Figura 2: Modelo de Análise proposto por Oakerson (1992).

Nesta pesquisa cada uma das macro-variáveis abarcou micro-variáveis correspondentes e são pontuadas a seguir:

- **Atributos biofísicos e tecnológicos** – designa os aspectos biofísicos, o contexto socioeconômico, as tecnologias utilizadas no uso dos recursos na área, as principais pescarias, bem como as trajetórias de desenvolvimento.
- **Arranjos de tomada de decisão** – correspondem aos conjuntos de regras e ações regulatórias constituídas (Instituições formais e informais), as inovações institucionais

empreendidas, os espaços de negociação, bem como os instrumentos de gestão existentes.

- **Padrões de interação** – corresponde aos atores sociais envolvidos no processo de gestão, os conflitos e os circuitos de comercialização.
- ***Outcomes*** – designa a caracterização da situação-problema. São o ponto de partida para a explicação do referido modelo.

Importante mencionar que o uso deste modelo, inicialmente para descrever os elementos que constituem a situação-problema e posteriormente para analisar e indicar as relações causais, não pôde ser utilizado de maneira integral, uma vez que exigiria um esforço de pesquisa inter ou trans disciplinar. Desta forma, sem correr o risco de generalizações, este modelo foi utilizado de forma adaptada, incorporando algumas micro-variáveis que essencialmente auxiliariam na construção da análise dos obstáculos e potenciais para o estabelecimento de cenários vinculados ao desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

No sentido oposto de leitura, o modelo de análise de Oakerson (1992) ganha um caráter analítico-prospectivo, ou seja, indica, 'onde queremos chegar'? Neste sentido, o modelo de análise proposto por Vieira e Cazella (2004) e Vieira (2006) auxiliou na identificação de potencialidades e obstáculos à promoção de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável na área selecionada. Trata-se de um roteiro metodológico, que leva em conta as '*trajetórias de desenvolvimento'* da área, além da caracterização do cenário atual e do "*jogo de atores"* envolvidos na gestão local do desenvolvimento. Para tanto, o modelo prescreve a análise de um conjunto interdependente de fatores **político-institucionais**, **socioeconômicos**, **socioculturais** e **socioecológicos** direcionados para o entendimento das potencialidades e fragilidades para construção de um cenário negociado de desenvolvimento territorial sustentável – DTS para a zona costeira.

No rol dos **fatores sociopolíticos**, o modelo leva em conta dados que indicam a existência de um sistema de planejamento de longo prazo; de programas de fomento da ação coletiva voltada para a criação e implementação de estratégias de desenvolvimento local integrado e sustentável; processos de descentralização do sistema político (existência e dinamismo de Conselhos Municipais e interfaces do Estado com o terceiro setor), leis e

normas reguladoras das ações de agentes e instituições econômicas, especialmente no que diz respeito aos aspectos ligados à apropriação e gestão de recursos naturais; nível de transversalidade no planejamento e na condução das políticas públicas, incorporação da questão ambiental nas agendas dos partidos políticos, bem como adoção de medidas para sua implementação; e inovações no sistema de ensino público.

Nos rol dos **fatores socioeconômicos e técnicos –** nível educacional e de formação técnica para o desenvolvimento local integrado e sustentável; o nível de saúde/qualidade de vida da população; existência de sistemas produtivos ajustados à satisfação das necessidades básicas da população local; a existência de modalidades específicas de economia social e solidária (grau de associativismo e cooperativismo), além de instituições capazes de organizar a poupança local e suprir as necessidades de crédito dos agentes locais; o nível de empreendedorismo coletivo; ações de alívio à pobreza (assistencialistas e "empoderadoras").

Os **fatores socioculturais –** especificação de mecanismos de integração social (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais), de formas de valorização cultural local/territorial, conexões culturais transescalares (local, microrregional, nacional e internacional), e o patrimônio cultural e arquitetônico existente.

Os fatores socioecológicos – dizem respeito à existência de ONG e partidos políticos que assumem a problemática socioambiental como diretriz de ações de mudança na área, além do potencial de recursos naturais, do nível de degradação ecossistêmica e das ações em curso visando a sua superação.

Finalmente, para identificação de **Obstáculos**, o modelo prescreve os seguintes indicadores: carência e/ou utilização inadequada de recursos naturais; legislação excessivamente coercitiva em termos ambientais e de normas técnicas; baixo nível educacional; baixo nível saúde pública; carências do sistema de gestão socioambiental do ponto de vista da descentralização; cultural política autoritária e clientelista; estratégias sócio-econômicas definidas em função de espaços externos e indutoras de efeitos negativos no nível local/territorial; produção local voltada exclusivamente a mercados consumidores externos (nacional ou internacional).

Cabe ressaltar que tal pesquisa servirá de base para outros trabalhos, no intuito de construir novos referenciais e com isso, aprofundar a discussão a partir de estudos de caso, preferencialmente comparativos, que levem em consideração a perspectiva do DTS para o

contexto da zona costeira. Esta abordagem tem sido utilizada na maior parte das pesquisas, com foco na zona rural, carecendo assim de estudos com foco para as comunidades pesqueiras. Além disso, conforme já pontuado não será dado ênfase na análise pormenorizada do jogo de atores envolvidos na área, sendo, contudo utilizada de maneira adaptada no contexto dessa pesquisa.

Questões Norteadoras e Hipóteses

Da perspectiva analítica assim esboçada foram elencadas as seguintes questões norteadoras desta pesquisa, estruturadas visando facilitar a compreensão da lógica de organização da pesquisa de campo:

- Como se deu a trajetória de desenvolvimento da região da Costa Brava e quais os momentos importantes de mudanças no que tange os aspectos institucionais, socioeconômicos, socioecológicos e culturais?
- De que maneira as mudanças no processo de gestão efetuadas a partir da implementação da APA Costa Brava poderão proporcionar um novo modelo de desenvolvimento, agindo como um espaço de conexão transescalar e resiliência socioecológica da pesca artesanal para a região da Costa Brava?
- Que aspectos da dinâmica socioecológica local atuam como promotoras de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável?

A partir destas questões, foram propostas as seguintes hipóteses de trabalho:

- A opção pelo modelo desenvolvimentista, socialmente excludente e ecologicamente predativo presente na zona costeira do centro-norte catarinense acentua a invisibilidade das comunidades tradicionais (pescadores artesanais). Esta condição se intensifica a partir da crise dos recursos pesqueiros, mas tende a recriar formas alternativas de desenvolvimento, oriundos da própria comunidade, como resposta a

tentativa de sobrevivência e aproveitamento das atividades geradas por este modelo, especialmente o turismo de massa, mesmo que contraditória aos seus modos de vida.

- As atividades desempenhadas pelas comunidades tradicionais podem ser potencializadas no processo de desenvolvimento da região, a partir da gestão integrada deste território. A estruturação de planos de desenvolvimento para região a partir da implementação da APA Costa Brava, podem potencializar as interfaces entre o sistema pesqueiro e o território compreendido pela unidade de conservação, sendo um inicializador para construção de estratégias de DTS.

Objetivos

Objetivo Geral

A partir da problemática caracterizada, a pesquisa objetivou realizar um diagnóstico socioecológico da região da Costa Brava no município de Balneário Camboriú, com destaque para o sistema pesqueiro artesanal, com o intuito de pontuar os principais potenciais e obstáculos para a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Objetivos Específicos

- Descrever o sistema socioecológico que envolve a região da Costa Brava no município de Balneário Camboriú (SC);
- Identificar as principais pescarias desenvolvidas na região da Costa Brava;
- Reconstruir a trajetória de desenvolvimento da região da Costa Brava, colocando em foco as dinâmicas atuais do sistema pesqueiro artesanal;
- Analisar os fatores favoráveis e os obstáculos à construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável que incorpora a pesca artesanal e a presença de uma Área de Proteção Ambiental.

Considerações Metodológicas

Tendo em vista minha inserção no cotidiano das comunidades sediadas na região da Costa Brava, a coleta e a sistematização dos dados foram realizadas numa combinação de várias técnicas de coleta de dados. Embora algumas etapas desta trajetória não tenham sido orientadas, a priori, para realização desta pesquisa, elas foram de fundamental importância para construção da problemática, na identificação dos atores-chaves e das dinâmicas locais e especialmente para estabelecer uma relação de *confiança* e *reciprocidade* junto à comunidade, essenciais para pesquisas desta natureza.

O fato de ter assumido a natureza qualitativa nesta pesquisa (Minayo, 2000; Haguette, 2000) está fortemente relacionado à intenção de transcender o viés tecnocrático ainda predominante na gestão dos recursos naturais em nosso País. Tal abordagem potencializa aspectos cruciais das realidades locais, levando em conta o envolvimento dos usuários locais de recursos comuns na identificação de problemas e na busca de soluções. Sem dúvidas, abrir mão dos enfoques convencionais, que priorizam na maioria das vezes o ambiente físico e desconsideram o social, grupos marginalizados, as minorias e a complexidade das dinâmicas territoriais, justifica a relevância da pesquisa de corte qualitativo, sem desconsiderar a contribuição muitas vezes encontrada nas abordagens quantitativas.

Vale à pena salientar ainda, na defesa da abordagem qualitativa, as mudanças ocorridas nas práticas de gestão de recursos naturais, desde os anos 1980. Neste sentido, foi colocada em primeiro plano a valorização do conhecimento local das comunidades nas tomadas de decisão. Neste sentido, a pesquisa participativa, difundida principalmente nos anos 1990, tornou-se uma ferramenta indispensável à redemocratização dos sistemas de gestão de recursos naturais de uso comum (Seixas, 2005). Este tipo de pesquisa, segundo Chambers *apud* Seixas (2005), busca ao mesmo tempo a sustentabilidade no uso dos recursos, o `empoderamento` da população menos favorecida e a valorização do conhecimento local. Os membros das comunidades locais podem ser considerados assim, como "professores nos processos de aprendizagem colaborativa e resolução de problemas" (McArthur *apud* Seixas, 2005).

A pesquisa participativa pode ser definida, neste sentido, como algo que mobiliza diversas abordagens (ou processos) e técnicas que podem ser utilizadas no planejamento,

implementação, monitoramento e avaliação dos recursos naturais. Neste sentido, a partir da evolução de propostas de planejamento e gestão participativa, algumas metodologias começaram a se destacar, especialmente por assumir um caráter investigativo, pedagógico e mobilizador numa mesma técnica. Essas propostas metodológicas ensaiam e promovem uma maior participação popular, especialmente os usuários dos recursos. É certo que elas não substituem pesquisas mais detalhadas, que exigem um maior esforço amostral, mas podem ser menos dispendiosas e podem orientar ações futuras (Pido, et al., 1997).

Na perspectiva de complementar a pesquisa científica convencional, ou processos desencadeados junto às comunidades, às vezes incapaz de perceber aspectos fundamentais da dinâmica de sistemas complexos, a pesquisa participativa reflete um posicionamento ideológico que valoriza a subjetividade no contexto da participação, exaltando valores como autonomia e emancipação (Sawaia, 2002).

A partir dessas orientações metodológicas, o trabalho teve uma fase inicial que compreendeu o levantamento e o processamento de dados secundários – bibliográficos e documentais: registros fotográficos, revisão da bibliografia e de documentos disponíveis sobre a problemática de pesquisa. Já a coleta de dados primários exigiu uma combinação de duas técnicas: entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, entrevistas com grupos focais (Seixas, 2005; Thiollent, 2002).

Em relação às etapas de viabilidade de uma estratégia de DTS, foram utilizados os métodos e instrumentos indicados por Sabourin (2002): especialmente no diagnóstico para indicação dos elementos relacionados ao desenvolvimento (identificação e caracterização de território, recursos, atores e atividades) e resgate das trajetórias de desenvolvimento. Foco especial foi dado às trajetórias de desenvolvimento, que segundo o autor, é utilizada amplamente como um instrumento para entender as transformações rurais[15] e apoiar à decisão de planejamento. Partem do princípio que as sociedades rurais têm uma história própria e uma lógica econômica e social, específica. Essa orientação serviu especialmente para compor os roteiros de entrevistas a serem realizadas com cada informante-chave.

[15] Os roteiros indicados por Eric Sabourin, elaborados com foco para comunidades rurais, foram aqui adaptados para as comunidades pesqueiras.

Propositivamente, as contribuições metodológicas que embasam o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, mencionam a *micro-história*[16] para estudar o social como um conjunto de inter-relacões que se movimentam no interior de configurações em processo permanente de adaptação, possibilitando uma modulação local da grande história (Cazella, 2006:233), como um instrumento de indiscutível relevância para o estudo das dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

Como aprofundamento, assim, surge à possibilidade de utilizar a história oral como técnica para recomposição da micro-história (Helena, 2007), com utilização de fontes da história oral e conseqüentemente da memória, das lembranças, considerando o caráter subjetivo imbuído nas comunidades. De acordo com as oposições sobre as generalizações excessivas dos estudos históricos, Paul Thompson (2002) afirma que por vezes, a finalidade social da história é obscura, evitando qualquer envolvimento com interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas. O autor afirma que pela história oral é possível, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista, com julgamento mais imparcial. A experiência de vida das pessoas de todo tipo pode ser utilizada como matéria-prima, e a história ganha nova dimensão, sugerindo uma reconstrução mais realista do passado.

Assim, os sujeitos-chave, especialmente os mais antigos que ainda residem na região foram o foco da pesquisa. Estes foram abordados sem perguntas prévias definidas, sendo apenas convidados a contar sobre suas vidas, sua aproximação com a pesca, com o 'lugar', sobre onde nasceram e como viveram. Pela relação de proximidade com os sujeitos, a 'entrevista' iniciou na maior parte das vezes com eles mesmos contando algo peculiar sobre a história do lugar e a partir de então a conversa seguiu informalmente, direcionada ora pelo sujeito, ora pelo pesquisador.

Em síntese, foram estruturados objetivos (roteiro genérico) visando a coleta de dados junto aos seguintes sujeitos-chaves (informantes) que reflete a comunidade tradicional da Costa Brava (Anexo 2):

---

[16] Surge no movimento de historiadores italianos a partir da década de 70. Tem como principais autores: Carlo Ginzburg e Giovani Levi. Apesar de muitos confundirem este método com a análise de pequenas localidades geográficas, ou a busca de biografias de pessoas pouco conhecidas, os historiadores dessa perspectiva, chamam a atenção de que tais análises estão equivocadas e que o recorte deve ser temático, e mesmo assim relacionado com um assunto mais amplo. (Ver Helena, 2007 e Cazella, 2006).

1. Quatro (04) pescadores vinculados ao arrasto de praia;
2. Três (03) pescadores vinculados às redes de espera;
3. Cinco (05) pescadores vinculados à pesca do camarão;
4. Dois (02) Pescadores vinculados à pesca do cerco fixo flutuante;
5. Nove (09) mulheres vinculadas às unidades de beneficiamento/processamento do pescado/camarão;
6. Uma (01) mulher pescadora[17];
7. Cinco (05) pescadores(as)/agricultores(as) aposentados(as);
8. Um (01) maricultor.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo a primeira uma composição do que orienta Quivy e Campenhoudt (2005), as entrevistas exploratórias. A segunda etapa foram as entrevistas em definitivo, realizadas como uma conversa informal com os informantes-chaves, sem perguntas prévias definidas, apenas com temáticas orientadoras. As entrevistas foram realizadas com base nas orientações propostas por Thompson (2002), especialmente no que tange a natureza essencialmente criativa e cooperativa do método da história oral, para reconstituir a história local sob o enfoque das comunidades.

Outro ponto importante a ser mencionado é que as entrevistas foram registradas em vídeo, ou gravador digital. Como pesquisadora envolvida anteriormente com a área, realizei em parceria com outros pesquisadores, dois filmes documentários, sendo um sobre a pesca da tainha (*Nas Redes da Tainha*[18]) e outro sobre a pesca do cerco fixo flutuante (*A Pesca da*

[17] Segundo informações da colônia de pescadores Z-7 existem três mulheres pescadoras no município que realizam atividades no mar. Estas realizam as atividades junto dos seus maridos. Nesta contagem não estão as mulheres 'catadoras' de siri, que realizam atividade normalmente sozinhas com embarcação a remo.

[18] Filme produzido junto ao Clube de Alunos voluntários do Projeto Comunidades Litorâneas da Escola Municipal de Taquaras e Escola Municipal do Estaleiro. O roteiro deste filme foi produzido pelos alunos que definiram o roteiro de entrevista, bem como os pescadores a serem entrevistados. Durante a coleta das informações, foi registrado um "lance" de tainha na Praia do Estaleiro, desde o seu início, sendo um registro importante para marcar a história local. As imagens foram coletadas no período da pesca da tainha (de maio a julho de 2007). Edição: Guilherme Rosa, Rodrigo Pereira Medeiros e Carina Catiana Foppa. Produção: Verdes Filmes.

Rede "Circo" de Taquaras)[19]. Estes dois filmes tiveram uma repercussão positiva junto às comunidades da Costa Brava, em especial os pescadores, e estimularam a coleta de outras imagens no decorrer desta pesquisa. Embora o objetivo do registro das entrevistas fosse explicitado para o contexto da realização da dissertação, a opção em registrar as falas com filmadora foi uma contribuição, que futuramente poderá ser destinada a uma nova sistematização, em forma de filme, a ser doada aos pescadores.

Antes de iniciar as entrevistas, ou mesmo no momento de agendá-las, foi colocado aos entrevistados seu motivo. Minha fala foi direcionada no sentido de que havia escolhido um tema para realizar uma pesquisa e poder concluir meus estudos ("me formar", como mencionado por eles), e para isso, havia escolhido entender um pouco mais sobre as comunidades de pescadores vinculadas "às praias" e a "Barra".

Outra observação importante relacionada ao desenho metodológico desta pesquisa, diz respeito ao acompanhamento permanente junto ao Movimento de Moradores e Amigos da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava, mencionado na introdução. O acompanhamento facilitou não só a coleta de dados junto às entidades, mas também o entendimento de alguns arranjos e dinâmicas locais. Minha participação neste movimento foi uma combinação de atitudes e comportamentos, ora como pesquisadora, ora como militante.

O contato mútuo entre pescadores e pesquisadores, conduziu a desdobramentos típicos da tradição da pesquisa participativa. Isto ficou claramente configurado com a realização de uma reunião com 28 pescadores associados à prática do arrasto de praia (especialmente da tainha) do município, idealizada no contato com os pescadores vinculados aos ranchos de pesca. Dentre estes 28 pescadores, estivam presentes 'patrões de tainha', donos de rede/canoa, 'vigias' e em menor numero 'camaradas' com vinculo familiares aos demais pescadores.

Os demais atores que compõem o cenário da Costa Brava, relevantes na identificação de uma estratégia de DTS, foi o Ministério Público Federal, por meio de consulta ao procurador federal; o poder público municipal, especialmente na identificação das políticas das secretarias de planejamento, meio ambiente e turismo; as Organizações não-governamentais (ambientalistas, naturismo e comerciantes); e empresários locais, tais como o

[19] Filme produzido a pedido do pescador Irineu Alexandre da Praia de Taquaras, do qual o roteiro foi estruturado de maneira participativa. As imagens foram coletadas no período de janeiro a março de 2008. Produção: Verdes Filmes. Edição: Rodrigo Pereira Medeiros e Carina Catiana Foppa.

Parque Unipraias, Marina Tedesco, pousadas, bares e casas noturnas. A sistematização dessas informações se deu indiretamente, com consulta a folhetos, reuniões informais, audiências públicas, plenária da Câmara de vereadores, encontros do Plano Diretor Municipal, sites e outros documentos. A entrevista junto a esses atores locais não foi realizada, uma vez que meu envolvimento com a militância socioambiental na região induziria a informações tendenciosas. Além disso, haveria o posicionamento contrário em conceder tais entrevistas por muitos desses atores.

Ainda, a contribuição metodológica da observação participante foi fundamental, para que o encontro informal com os diversos atores dessa pesquisa fosse realizado e sistematizado, tais como:

1. Acompanhamento das reuniões e encontros de formação continuada do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava;
2. Acompanhamento das pescarias da rede cerco e rede de espera;
3. Visita às unidades de processamento;
4. Reuniões promovidas pela colônia de pescadores da Barra (Z-7), como encontros de capacitação, reuniões com a Federação Catarinense dos Pescadores, assim como consulta aos documentos;
5. Reuniões promovidas pelo IBAMA/CEPSUL relacionadas ao defeso do camarão;
6. Reunião dos pescadores de tainha;
7. Audiência pública na Praia de Laranjeiras sobre a retirada dos bares em Área de Preservação Permanente (APP);
8. Audiências públicas do Plano Diretor Municipal, especialmente as relacionadas à temática e a área de estudo;
9. Participação nas reuniões das Associações de Moradores locais.

Por fim, menciono que os sujeitos dessa pesquisa serão caracterizados de duas formas, a fim de preservar sua identidade. Ou com um adjetivo que marcou seu perfil durante as entrevistas, ou pela proximidade e convivência com os mesmos. Ou de outra maneira, pelas iniciais do sobrenome/nome. Os entrevistados caracterizados por um adjetivo serão especialmente os moradores mais antigos da região, como os relacionados às seguintes

pescarias: redes de espera, arrasto de praia e cerco fixo. Já os pescadores de camarão serão caracterizados por 'Sete-Barbas', seguido de suas iniciais. Já as mulheres, serão aqui caracterizadas como 'Mulher Pescadora', ou 'Descascadeira'.

Estruturação dos Capítulos

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresento os fundamentos conceituais do enfoque de *gestão de recursos de uso comum (common property resource management),* bem como resgato a gênese e a estrutura do enfoque de ecodesenvolvimento e da sua versão mais atual, relacionada à maturação do conceito de desenvolvimento territorial sustentável. No capítulo 2 analiso a configuração do sistema socioecológico da Costa Brava, a partir dos seus recursos, sistema socioeconômico e trajetória de desenvolvimento. A descrição segue com uma leitura sobre os arranjos institucionais, no que tange a situação institucional (formal e informal), bem como as principais inovações presentes na área. Por fim, os padrões de interação são aqui caracterizados com a composição dos principais atores locais, seus conflitos, os principais circuitos de comercialização da pesca artesanal, bem como o sistema de saberes e conhecimentos locais. No capítulo 3 analiso de que forma os aspectos do sistema socioecológico local atuam como promotores do desenvolvimento territorial sustentável. Por fim, concluo com as considerações finais desta pesquisa.